

MOVIMENTO ESTUDANTIL

A UNE NA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 64 — CONCLUSÃO

José Luís Sanfelipe

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

III

A UNE À ESQUERDA

Torna-se necessário, agora, fazer algumas considerações mais gerais sobre a sociedade brasileira para, na seqüência, situar, um pouco melhor, a UNE e o Movimento Estudantil no âmbito dessa sociedade.

Para o primeiro propósito, ficam alinhados os aspectos básicos que se seguem, relacionados à percepção já generalizada de que no Brasil ocorreu um desenvolvimento econômico, social e político, cuja expressão mais acentuada se deu no período que se estende da Primeira Guerra Mundial ao Golpe de Estado de 1964. Tal desenvolvimento se caracterizou por uma industrialização acelerada e foi conseqüência tanto de fatores econômicos e políticos internos como externos. Acompanharam esse processo uma certa democratização das relações políticas e sociais, uma certa expansão do sistema educacional, a conquista de alguns direitos políticos e benefícios sociais por parte das camadas médias e da classe operária e também transformações institucionais¹. No processo de transição para uma economia industrial, o padrão que se delineou de organização política e de sustentação de poder foi a chamada "política de massas", um dos fundamentos da "democracia populista" que, por sua vez, viabilizou atividades políticas e culturais, como também o funcionamento de organizações de esquerda, mesmo que da maneira às vezes precária.

Houve uma transição, na realidade brasileira, de quatro séculos de civilização agrária — com atividades voltadas para o exterior e as relações políticas restritas à "aristocracia" agrária e à "elite" dos letrados — para, no século XX, uma civilização acentuadamente urbano — industrial na qual as camadas médias e o proletariado começam a crescer como categorias políticas. Essa transição evidenciou tensões, golpes políticos, fluxos e refluxos que até 1945 estiveram vinculados à necessidade que

os setores urbanos — camadas médias, burocracia civil e militar, incipientes grupos de empresários industriais e proletariado nascente — tinham de reduzir o poder político e econômico dos setores agrário-exportadores e importadores, vinculados à cafeicultura como atividade básica. Dos conflitos mais relevantes que se delinearão, destaca-se o ocorrido entre as oligarquias tradicionais e o conjunto de setores sociais urbanos nascentes, bem como seu reflexo no âmbito político, quando as novas forças passaram a forjar diferentes projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico da sociedade brasileira.

No período de 1945 a 1964, ocorreu uma complexificação do quadro acima porque o processo político brasileiro passou a abranger os operários, as massas assalariadas em geral, os setores médios da sociedade e os grupos de trabalhadores agrícolas, entrando em jogo as aspirações de bem-estar social do proletariado cada vez mais numeroso, das camadas médias crescentes, e as reivindicações dos trabalhadores rurais. Concomitantemente desenvolveram-se os grupos políticos de esquerda, enquanto a juventude universitária buscou apresentar-se como força política ativa e organizada.

Do ponto de vista externo, a transição da civilização agrária para urbano-industrial manifestou também os conflitos de interesses que transcederam o âmbito nacional na medida em que as transformações internas não realizaram rupturas com o capitalismo do mundial, mas refletiram, e de certa maneira se beneficiaram, das flutuações desse mesmo capitalismo. Enquanto não se decidiu a disputa entre as grandes potências e enquanto os Estados Unidos não consolidaram o seu predomínio, abriram-se perspectivas às nações dependentes, dentre as quais o Brasil, que entraram numa fase decisiva da sua industrialização.

O relevante a se perceber é que no conjunto das transformações, novas exigências de prática econômica e de organização da sociedade nacional ocasionaram a estruturação de outros modelos de desenvolvimento, sustentados pelas novas forças sociais, e diversos do tradicional modelo exportador, cuja hegemonia havia se dado através do domínio do setor agrícola. Foi desta maneira que, aos poucos, impôs-se o modelo substituição de importações, sem provocar rupturas traumáticas com o setor tradicional, contando com o dirigismo estatal e buscando atender às exigências de investimentos destinados ao mercado interno. No novo modelo político-econômico consubstanciou-se o que se denominou de democracia populista: uma certa combinação controlada de interesses econômicos e políticos do proletariado e das camadas médias, sob a liderança da burguesia industrial, com o objetivo de favorecer a criação e o crescimento do setor industrial e de serviços. O que efetivamente estava em causa era conseguir o rompimento com o setor tradicional e desestabilizar sua hegemonia. Para este fim, a burguesia industrial não só buscou aliados, como

produziu o núcleo ideológico do seu modelo de desenvolvimento configurado no nacional-desenvolvimentismo, com a qual envolveram-se militares, civis, liberais, esquerdistas, assalariados e estudantes universitários. Em tal contexto, o peleguismo sindical, a composição rural-urbana do proletariado industrial, em formação, viabilizaram uma política de massas que funcionasse como técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente do proletariado, em função do desenvolvimento industrial.

A crise do modelo acima delineou-se já a partir do governo de J. Kubitschek (1956 – 60). Ali começou a se estruturar a passagem para um terceiro modelo econômico que, na verdade, vinha sendo produzido concomitante ao modelo substituição de importações e que reivindicava o desenvolvimento, a organização da economia com a associação de capitais, interesses político-militares nacionais e os dos estrangeiros: modelo de desenvolvimento associado. No governo de JK buscou-se associar a política de massas do modelo anterior com os compromissos relacionados ao capital externo, o que veio criar condições para o fim do modelo de desenvolvimento nacionalista. No modelo que tomava impulso, a internacionalização do setor industrial e agrário tradicional foi inevitável, restaurando, de certa maneira, um padrão colonial, agora, modernizado. Foram se tornando necessárias, também, a contenção da democracia populista e a redefinição da ideologia e prática de independência econômica e política. Os rumos do modelo substituição de importações tiveram que ser redefinidos ou abandonados porque, como estavam postos, criavam expectativas ou perspectivas de um progresso econômico que poderia conduzir o Brasil a uma condição de potência independente face ao chamado terceiro mundo, o que não interessava ao capitalismo internacional e principalmente aos Estados Unidos. Para a execução da nova tarefa, houve plena adesão da burguesia local. Esta sentiu, na democracia populista, fundada na política de massas e em um nacionalismo esquerdizante, uma ameaça a seu poder político. Por isso, na ótica da elite, a democracia populista precisava ser controlada, redefinida ou reorientada.

O governo JK, que com certeza não foi a instauração de nenhuma ditadura política, portou-se como conciliador: enquanto manteve e apoiou a política de massas, realizou um programa de desenvolvimento econômico baseado na internacionalização dos novos investimentos, tornando-se, assim, paradoxal. JK usou de uma sustentação política que havia se desenvolvido no modelo substituição de importações e economicamente incentivou o modelo associado. Os governos de Jânio Quadros e João Goulart já se depararam com o quadro político-econômico numa situação de impasse porque a conciliação obtida por JK não podia ser mantida por muito tempo, tal a sua dicotomia².

Considere-se também, face ao que se acaba de expor, que no início da década de sessenta, principalmente após a posse de João Goulart

na presidência, o Brasil vivia um momento de definição quanto aos rumos do seu modelo de desenvolvimento. Além do mais, apesar de todas as limitações históricas, ocorria, dentro de certos limites, uma ascensão política da massa popular o que, sem dúvida, é um dos seus componentes da luta de classe. Não foram raras as greves econômicas e políticas do proletariado e a questão agrária apareceu com um potencial revolucionário. Os camponeses, por exemplo, realizaram o seu I Congresso Nacional, em Belo Horizonte, de 15 a 17 de novembro de 1961, exigindo: "Reforma Agrária já. Reforma Agrária na lei ou na marra". Os líderes sindicais formaram o "Comando Geral dos Trabalhadores" (CGT) e o "Pacto da Unidade e Ação" (PUA) o que, de alguma maneira, era um avanço da organização sindical.

No início da década de sessenta, portanto, cada vez se tornou mais evidente que se durante alguns anos "os empresariados nacional e internacional, as classes médias, o operariado e as forças de esquerda se uniram em torno da bandeira da industrialização, as razões que os levaram a isso eram divergentes. Assim, enquanto para a burguesia e para as classes médias a industrialização era um fim em si mesma, para o operariado e as forças de esquerda ela era apenas uma etapa. Por isso, atingida a meta, enquanto a burguesia busca consolidar seu poder, as forças de esquerda levantam nova bandeira: trata-se da nacionalização das empresas estrangeiras, controle de remessa de lucros, de dividendos e as reformas de base (reformas tributária, financeira, agrária, educacional, etc.). Tais objetivos eram uma decorrência da ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista que, entretanto, entram em conflito com o modelo econômico vigente. Daí a alternativa: ajustar a ideologia política ao modelo econômico ou vice-versa"³.

O impasse do governo Goulart, portanto, decorreu da contradição acima. As forças sociais sobre ele, contra ele ou a favor dele estavam buscando garantir o conjunto diferenciado dos seus próprios interesses. A luta pela legalidade que havia assegurado a sua tomada de posse, a instituição do parlamentarismo, a atribulada política do período parlamentar, a mobilização pelo pebiscito nacional, a volta ao presidencialismo, são ações integrantes do conflito das forças sociais e dos interesses representados pelos partidos políticos⁴, das ideologias de que estes eram portadores na realidade brasileira e dos diferentes modelos de desenvolvimento que haviam sido formulados pelas classes sociais.

Se, de um lado, o movimento de massa cresceu durante o governo João Goulart, isso não significou, por outro lado, que a reação conservadora e de direita não estivesse se articulando. Empresários brasileiros aliados a grupos estrangeiros incentivaram movimentos de resistência ao governo sob a alegação de que era preciso combater o perigo comunista. Hoje, está abundantemente comprovado como o empresariado, apoiado por outros grupos, preparou e deflagrou o golpe que derrubou o Presidente

da República. Entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais-IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática-IBAD, assistidos diretamente pela CIA, tiveram função relevante estimulação do radicalismo de direita. O IPES, por exemplo, investiu muitos recursos para convencer militares e setores da classe dominante de que o perigo comunista era eminente; aliou generais e exerceu grande influência sobre os meios de comunicação. As empresas estrangeiras concederam significativos recursos para o IPES enquanto o IBAD, financiado pela CIA, subvencionou a candidatura de parlamentares reacionários que assumiram o compromisso de defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e a política externa independente do Governo brasileiro. O próprio governo norte-americano, através de sua Embaixada aqui, colocou muito dinheiro na articulação da reação que se tentou estender a todos os segmentos da sociedade brasileira, desde uma atuação parlamentar até a penetração no Movimento Estudantil e no proletariado⁵. Não era, entretanto, só de fora do País que vinham recursos para a reação. As empresas estrangeiras aqui instaladas, na sua maioria, e empresas nacionais também muito contribuíram para que se montasse o golpe da direita.

Em decorrência do quadro acima pode-se afirmar que, no começo da década de sessenta, o visível confronto de caráter ideológico que se delineou, possuía raízes bem mais profundas do que as divergências públicas e as discordâncias políticas. Naquele momento, aflorou a contradição que acompanhou o processo de industrialização brasileira pós-45, ou seja, esgotado o modelo substituição de importações, tornou-se inviável a vigência da ideologia política nacional-desenvolvimentista⁶. Para além desta contradição, entretanto, revela-se o conteúdo fundamental, que estava subjacente a todo o conflito, e que girava, em torno da decisão de se privilegiar a defesa do capital ou do trabalho, segundo modelos político-econômicos historicamente disponíveis⁷. De fato, na medida em que no contexto brasileiro aguçou-se a contradição entre capital e trabalho, o que também é a contradição entre a burguesia e o proletariado, o possível antagonismo entre a burguesia nacional e a burguesia externa foi revelando-se irreal. Empresários nacionalistas, políticos liberais-democráticos e alguns reformistas, mas todos defensores do capital e da propriedade privada sobre os meios de produção, gradativamente foram engrossando as fileiras conservadoras apoiadas pela burguesia externa do maior centro capitalista. Os princípios do nacionalismo, do liberalismo democrático e as propostas reformistas, cada vez mais, passaram a ser empunhados por setores proletários, camponeses, estudantis e intelectuais, apoiados por alguns segmentos das classes médias. Mesmo assim é preciso que se diga que no limite, a aliança ideológica que amendrontou a burguesia, com excessão da esquerda revolucionária, não condenou claramente o capitalismo. A contradição entre capital e trabalho, naquele momento histórico brasileiro, viabilizou mais evidentemente uma crítica ao que se considerou ser apenas um mau

capitalismo. De qualquer forma, havia alguma perspectiva de que o capital e a propriedade, da burguesia local ou de fora, fossem de algum modo atingidos caso a burguesia não se impusesse com seu projeto específico de classe. A chamada "Revolução de 64" veio a ser uma tomada de posição mais sólida da burguesia que, assim, evitou, fossem articuladas possíveis alterações no modelo econômico associado ao capital estrangeiro que vinha se delineando e, ao mesmo tempo, disse um não às propostas nacionalistas e/ou reformistas. Procurou-se garantir o **status quo** econômico evitando-se assim, com a implantação do governo militar, que as massas populares pudessem alterá-lo com a ajuda ou não de João Goulart. Mantido o modelo econômico, redefiniu-se a ideologia nacional-desenvolvimentista numa doutrina de interdependência elaborada pela Escola Superior de Guerra⁸, enquanto o Estado, sem os impecilhos institucionais da democracia populista, tornava-se mais declaradamente comprometido com os interesses da burguesia, ou melhor dizendo, o Estado só da burguesia⁹.

Com os elementos acima presentes na análise, parte-se agora para o segundo propósito anunciado no início deste artigo. Relembre-se, em primeiro lugar, que se estabeleceu como referência para a investigação sobre a UNE, a data de 1956, embora, de fato, não se tenha feito um aprofundamento sobre aqueles anos do final da década de cinquenta. De qualquer maneira, observe-se que a data coincide com o início do governo de Juscelino Kubitschek, já identificado como um momento crítico do modelo econômico substituição de importações. Ocorre, porém, que ideologicamente o nacionalismo-desenvolvimentista era ainda, de forma acentuada, predominante, comportando no seu interior vertentes neocapitalistas, liberais, nacionalistas, sindicalistas, desenvolvimentistas e marxistas¹⁰. A UNE, resultante do contexto histórico no qual estava inserida, reflete de forma mais ou menos clara, a complexidade ideológica acima.

A data de 1956, portanto, indica apenas que de uma maneira mais direta e explícita compuseram-se na UNE, a partir de então, atitudes políticas e manifestações de pensamento que refletiam, à maneira estudantil, o complexo quadro ideológico que vinha se desenvolvendo em diferentes setores da sociedade brasileira. O período da história da UNE iniciado em 1956, portanto distingue-se da fase de controle hegemônico direitista — 1950 — 56 — quando as atitudes políticas e manifestações de pensamento mais recentes, ainda não se apresentavam dominantes na entidades¹¹. De forma crescente e radicalizada, a UNE permanecerá com as mesmas características ideológicas adquiridas no final da década de cinquenta, durante os primeiros anos da década de sessenta.

Apesar da afirmação acima, entende-se aqui ser impossível uma caracterização rigorosa da ideologia da UNE ou do Movimento Estudantil que ela liderou, mesmo referindo-se apenas a um período específico da sua história. Tem que se levar em conta, por exemplo, que a entidade dos

estudantes não era um partido político formado em torno de determinados princípios e orientações. Não era também uma instituição religiosa, mas tão somente uma entidade que, de forma diversa de outras instituições, reunia indivíduos que se encontravam na situação de estudantes universitários que, em decorrência dessa situação passageira, por pouco tempo podiam vincular-se a ela. Além do mais é preciso admitir-se que a UNE, até por uma questão de subsistência, sempre precisou fazer, internamente, conciliações entre alguns pontos comuns existentes em ideologias que se faziam presentes no Movimento Estudantil como um todo. Também não é possível uma caracterização da ideologia da UNE e automaticamente estendê-la às UEEs, por exemplo, ou ao Movimento Estudantil que se configurou em cada estabelecimento de ensino superior. Da mesma forma, a hegemonia de uma tendência ideológica durante uma determinada gestão na entidade, não significou nunca o desaparecimento das demais. Por fim, é ainda preciso que se leve em conta que a UNE não foi nunca, ela mesma, a geradora de suas ideologias. Foi, isto sim, portadora de ideologias que resultaram de um todo social muito mais complexo do que a entidade estudantil particularizada e que eram absorvidas pelos estudantes dentro dos limites dos seus próprios condicionantes histórico-sociais.

Ocorre, entretanto, apesar de todas as ressalvas feitas, que levando-se em conta o conjunto de reivindicações, posicionamentos teóricos e atividades políticas da UNE, apresentados anteriormente, não é impróprio localizar as tendências ideológicas da entidade, no período de 1956 a 1964, como genericamente situadas à esquerda. Concretamente isso se traduziu, segundo o entendimento que se tem do material já apresentado nos dois artigos anteriores, numa oscilação da UNE em torno de confusas e interligadas posturas teóricas e práticas baseadas no nacionalismo, no desenvolvimentismo, no legalismo, no reformismo, no socialismo, na justiça social cristã e, às vezes até mesmo, numa visão revolucionária. Note-se que o que ocorreu no interior da UNE, de forma hegemônica, foi a manifestação das ideologias vinculadas aos modelos de desenvolvimento "substituição de importações" e "socialista", presentes na sociedade brasileira da época. Num momento em que o modelo associado estava se viabilizando historicamente, a UNE e outras forças sociais orientavam-se pela ideologia de um modelo esgotado para os interesses da burguesia, ou segundo um modelo socialista que ainda se colocava apenas no limiar dos anseios de outros segmentos da sociedade. Em decorrência disso, a UNE e o Movimento Estudantil por ela liderado, chamaram contra si aquelas forças que articulavam o modelo de desenvolvimento associado mesmo que, como já se disse, os estudantes não fossem o alvo principal a ser atingido porque, enquanto estudantes, não representavam ainda força de trabalho efetiva e nem constituíam uma classe social, como eles mesmo chegaram a pensar em alguns momentos. A ideologia genericamente à esquerda da UNE, entretanto, precisava ser combatida por aqueles que se empenharam no movi-

mento golpista de 64, uma vez que eles representavam exatamente os interesses burgueses e, na busca de preservação do modelo de desenvolvimento associado, sentiam necessidade de impor a ideologia condizente com esse mesmo modelo.

Embora se tenha dito que se considera inviável uma rigorosa identificação da ideologia da UNE, evidencia-se, entretanto, que ela não esteve isenta de ideologias. Nos documentos apresentados, misturam-se concepções dos socialistas, comunistas, católicos da Juventude Universitária Católica e da Ação Popular, com predomínio de enfoques, concepções, prioridades políticas ora de uns, ora de outros. As posições teóricas e políticas da UNE, que não se propôs analisar do ponto de vista da sua cientificidade, rigor ou coerência, resultam de acomodações entre as tendências de esquerda ou assim consideradas naquele momento. Aliás, que socialistas e comunistas¹² estivessem ideologicamente à esquerda, não é, do ponto de vista histórico, uma especificidade da realidade brasileira. É preciso levar em conta, porém, que entre os próprios comunistas não ocorria grande unidade. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, dividiu-se em 1962 dando origem à dissidência que formou o Partido Comunista do Brasil. O Partido Comunista Brasileiro, na verdade, vivia grave crise interna desde 1956, o que provocou o afastamento de boa parte da intelectualidade, já no ano de 1958, das linhas do Partido. A cisão do ano de 1962 foi apenas a primeira de um processo que resultaria, nos anos seguintes, numa grande fragmentação das organizações de esquerda¹³.

A presença da liderança católica no Movimento Estudantil e na UNE, entretanto, pelas posições históricas conservadoras da Igreja no Brasil¹⁴, merece esclarecimento, mesmo que sinteticamente, com as seguintes observações.

a) A Ação Católica foi a organização da Igreja no meio leigo e como tal há muitos anos vinha se firmando na ampliação da sua influência e na sua capacidade de mobilização de adeptos. A organização denominada Juventude Universitária Católica — JUC — foi a expressão da Ação Católica no meio estudantil universitário, assim como outras assemelhadas surgiram para os demais setores da sociedade¹⁵.

b) A JUC do final da década de 50 e início da década de 60 passou por uma evolução que, de certa forma, acompanhou a convulsão vivida pela América Latina e as transformações da própria Igreja a partir do papado de João XIII. A JUC procurou orientar-se pelo pensamento dos católicos mais progressistas e participou da movimentação política estudantil. Debatendo os problemas da sociedade brasileira e as diferentes soluções apontadas pelas várias tendências políticas, a JUC chegou a despertar-se para a questão da Revolução Brasileira. Em seu Congresso dos 10 anos, realizado no Rio de Janeiro em 1960, aprovou o documento "Diretrizes Mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro", optando por

um "socialismo democrático". Era a vitória da corrente progressista que passou a exercer razoável influência no Movimento Estudantil¹⁶.

c) No XXIV Congresso da UNE, realizado em Niterói no ano de 1961, a JUC compareceu como força política organizada e através de uma aliança com grupos de militantes comunistas conseguiu eleger o jucista Aldo Arantes para a presidência da entidade dos estudantes. Na época, a aliança com os comunistas provocou sérias críticas de parte do clero e preocupou a hierarquia da Igreja¹⁷. Em quase todos os Estados, entretanto, a influência da JUC cresceu rapidamente.

d) O crescimento da JUC foi acompanhado de um aumento constante de manifestações da hierarquia da Igreja Católica, desaprovando posições teóricas e compromissos políticos assumidos pelos jucistas. Em episódio não muito esclarecido o presidente da UNE Aldo Arantes, membro da JC, deixou a organização católica em decorrência de atritos com o Cardeal Jaime de Barros Câmara¹⁸. Em seguida surgiu a proibição para que os dirigentes jucistas não concorressem a cargos eletivos dos organismos da política estudantil e, dessa maneira, provocou-se a ruptura de quadros da JUC com a hierarquia católica.

Observe-se que militantes da JUC, principalmente aqueles que formavam a sua tendência mais progressista — já em 1960 falava-se de uma 'esquerda cristã' — exigiam da organização um papel que não era aceito pela hierarquia religiosa. Com frequência os estudantes jucistas se indagavam se não seria o caso de se ter outro instrumento de ação política que não a JUC. Gradativamente foi crescendo na organização católica, e tomando forma estruturada em alguns locais, a tendência de esquerda da qual saíram muitos militantes da Ação Popular (AP) e da Política Operária (POLOP).

e) Aos poucos, surgiu a Ação Popular. "As necessidades crescentes de uma direção pronta e eficaz para o movimento estudantil criaram as condições para o surgimento do chamado 'grupão', agrupamento político que superava os limites da JUC. Porém o próprio 'grupão', fase de transição entre a JUC e a AP, não correspondia às necessidades de direção exigidas pelo movimento estudantil. A UNE-Volante foi o movimento encontrado para um novo passo, a articulação nacional da Ação Popular. No ano da 'Greve do 1/3', em decorrência do papel de direção que desempenhou nesse movimento, a AP, em fase de gestação, ganhou força política. Sua influência passou a ser tão grande no movimento estudantil, que os seis candidatos à Presidência da UNE surgidos no XXV e XXVI Congressos foram todos da Ação Popular"¹⁹.

f) Assim como alguns fatores haviam contribuído para a ascensão católica no Movimento Estudantil, dentre eles a divisão do Partido Comunista Brasileiro, outros fatores colocaram a JUC a reboque das necessidades políticas de certos grupos de estudantes universitários. Numa ava-

liação, Haroldo LIMA e Aldo ARANTES²⁰ afirmam que a JUC não unia em função da política, mas sim em função da religião. O conservadorismo da Igreja e da hierarquia católica, com uma postura sempre fechada para com os socialistas e comunistas, dificultava alianças políticas. O autoritarismo dos bispos católicos face ao movimento leigo discontentava os estudantes. A Igreja temia, a exemplo do que estava acontecendo com a burguesia, que a pressão mais radical do Movimento Estudantil, somada a outras forças sociais, contribuísse para a transformação mais profunda da sociedade. O surgimento da Ação Popular, entretanto, não significou o desaparecimento imediato da JUC²¹, mas o seu papel no Movimento Estudantil estava esgotado. De início, foram muitos os universitários que passaram a ter atuação nas duas organizações e embora a AP contasse com um grande número de cristãos nas suas fileiras, ela mesma não era confessional nem restrita aos cristãos.

g) Quanto ao surgimento propriamente dito da AP, como já se disse, a articulação nacional foi feita no curso da UNE – Volante. Em princípio do ano de 1962, realizou-se em São Paulo uma reunião que aprovou o documento chamado “Estatuto Ideológico”. Os participantes se autodeterminaram Grupo de Ação Popular – GAP – e um dos núcleos presentes, sediado em Minas Gerais, lançou em seguida o jornal “Ação Popular” de cunho socialista. Em Belo Horizonte, ainda quando a ‘Greve do 1/3’ estava em curso no ano de 1962, realizou-se uma segunda reunião que contou com representantes de vários Estados, líderes estudantis, padres, profissionais e intelectuais. Os participantes assumiram de forma definitiva o nome de Ação Popular e a Sigla AP; aprovaram também o “Esboço do Estatuto Ideológico” e elegeram a coordenação nacional. Já como AP a organização apresentou-se ao XXV Congresso da UNE, em julho de 1962, com três candidatos ligados à AP concorrendo à presidência daquela entidade. Efetivamente, Vinicius Caldeira Brandt, antigo jucista cujos depoimentos foram citados nos artigos anteriores, foi eleito para substituir Aldo Arantes. Naquelas circunstâncias do XXV Congresso, a UNE passou a ter, internamente, a absoluta hegemonia de uma frente das forças de esquerda do Movimento Estudantil: Ação Popular, Juventude Comunista, Política Operária e estudantes considerados independentes. A intervenção da JUC retraiu-se com uma atuação restrita àquela que seus membros, também filiados a AP, desempenhavam. Com tal configuração, a UNE, passou a ser chamada de entidade comunista, célula vermelha ou de organização subjugada. A acusação partia de setores da Igreja Católica, de parte da imprensa burguesa e de políticos de direita²².

Em março de 1963, realizou-se em Salvador um Encontro Nacional da AP, o seu I Congresso ou Congresso de Fundação. A organização, que havia tido seu surgimento no interior da JUC, viu seu nome de Ação Popular consagrado. Na mesma oportunidade aprovou-se o ‘Documento Base’. A partir daí passou a ocorrer um distanciamento

cada vez maior entre a JUC e a AP. Em julho de 1963, novamente um líder estudantil vinculado à AP foi eleito presidente da UNE, ou seja, José Serra, o último presidente da entidade estudantil antes do golpe de 1964.

h) No "Documento Base"²³ a Ação Popular se definiu como "... a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio da nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que nos é dado viver". Com uma crítica genérica ao capitalismo indicou-se a "...convergência de linhas da história moderna para o momento atual", ou seja, "... a perspectiva do socialismo como humanismo, enquanto crítica da alienação capitalista e movimento real da sua superação...".

Toda a visão teórica expressa no "Documento Base", bastante idealista, está no seu item II intitulado "Perspectiva Filosófica: O homem e a história humana". Ali, a AP manifestou uma concepção abstrata da consciência que "nunca pode ser pensada em termos de mundo" porque ela "se pensa a si mesma como instauradora radical de qualquer sentido a ser dado ao mundo". A AP disse rejeitar as concepções materialistas e idealistas, todas alienantes do homem; reivindicou para si, uma perspectiva realista: "... colocamos face a face a consciência e o mundo, o homem e a natureza. Sua articulação, entretanto, não é estática, mas dinâmica. É uma articulação dialética: pela consciência, o homem compreende a natureza, estrutura-a em mundo; mas esta compreensão não é só pensamento: é ação e transformação. Ela constrói o mundo humano, o mundo-para-o homem, e molda o homem segundo o conteúdo da realidade do seu mundo. Assim, humanizando o mundo, o homem se humaniza a si mesmo; e a consciência é o núcleo dinâmico desse processo"²⁴.

O mesmo 'Documento Base', em seguida, fez uma apresentação das experiências socialistas que vinham ocorrendo para afirmar como alternativa, ao mundo subdesenvolvido, a integração na corrente socialista, mas indicando também a necessidade de se guardar uma atitude crítica em relação àquelas experiências. Por fim apresentou-se uma análise da "Evolução da Realidade Brasileira" em decorrência da qual a Ação Popular optou "... por uma política de preparação revolucionária", que deveria consistir "numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização..." A Ação Popular se propunha "... a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade. (...) A prioridade do nosso trabalho referir-se-á às organizações operárias e camponesas"²⁵.

Apenas no seu final o "Documento Base" fez uma leve menção ao Movimento Estudantil: "O movimento estudantil tem-se fundado gradualmente na linha de aliança com as classes populares e da remoção de

obstáculos à criação de uma consciência revolucionária na intelectualidade. O próprio fato da radicalização de suas perspectivas é útil para demonstrar a possibilidade de avanços na condução das organizações estudantis como órgãos de pressão e agitação política²⁶.

Em consequência da visão acima, e pela crescente presença que a Ação Popular passou a ter, o Movimento Estudantil sofreu alterações substanciais. Aos poucos, por exemplo, ele perdeu a bandeira da "Reforma Universitária" em consequência de uma dispersão de energias que enfraquecia a luta que os estudantes haviam reconhecido, em alguns dos documentos da UNE, ser a principal para eles. A Ação Popular, entretanto, não parece ter surgido como respostas específicas ao Movimento Estudantil e seus problemas. Os ideais da AP, de forma utópica, estavam colocados bem além.

Fundadores e militantes da AP²⁷, em uma revisão crítica, reconhecem que a hipotética terceira posição em que a organização disse situar-se, definindo-se pela consciência histórica como aquela que descobre para os homens o sentido de suas tarefas concretas, era uma postura idealista. Acreditam que recusando a concepção marxista, a organização recusou, na verdade, apenas uma imagem que conhecia daquela proposta através da propaganda anticomunista e de marxistas primários, segundo eles, aqueles que não compreendiam o papel ativo da consciência sobre os aspectos objetivos, a interação entre o fator objetivo e o subjetivo, e o retorno da consciência sobre o dado material. Apesar de uma opção pelo socialismo e pela socialização dos meios de produção, a postura idealista, porém, teria impedido a Ação Popular de ver o socialismo como resultado da luta da classe operária à frente das outras classes exploradas e oprimidas. A organização teria admitido em tese, mas criticado em essência, o tipo de Estado necessário à construção do socialismo, ou seja, a ditadura do proletariado.

Os ex-militantes²⁸ da Ação Popular afirmam mesmo que a organização resvalou para a defesa de um socialismo utópico porque não conhecia a doutrina "científica, marxista, do Estado". Seu "humanismo" teria refletido a compreensão elementar que tinha da luta de classe, admitida, mas não assimilada em suas leis. Falava-se de revolução, revolução socialista, mas sem apresentar uma proposição sobre como realizar essa revolução. Enfim, apesar de algumas formulações avançadas, teria predominado na Ação Popular uma linha reformista e sem uma estratégia claramente delimitada. Estava-se longe da idéia de um partido proletário para a direção do processo revolucionário. Sumariamente, ter-se-ia negado a existência de um partido de vanguarda e criticado a esquerda brasileira pela sua dependência da burguesia. Na sua origem, portanto, a Ação Popular seria a expressão típica de uma intelectualidade idealista debatendo-se entre várias concepções, mas que sentia a necessidade de transformações sociais, ou seja: uma organização democrático-reformista, representativa da pequena burguesia

radicalizada, composta fundamentalmente de estudantes e outros intelectuais, mas também de operários e camponeses²⁹.

Acredita-se que os esclarecimentos que se acaba de apresentar sobre a JUC e a AP, justificam melhor a afirmação de que a UNE e o Movimento Estudantil por ela estiveram genericamente à esquerda no contexto brasileiro do início da década de sessenta. Socialistas, comunistas e católicos progressistas — jucistas ou seguidores da Ação Popular — apesar de algumas divergências insuperáveis entre si, mantiveram, no Movimento Estudantil liderado pela UNE, alianças e conchavos, em nome de uma unidade que, na prática, teve como resultado evitar que os estudantes de direita recuperassem sua hegemonia na entidade.

A unidade interna da UNE, entretanto, foi necessariamente superficial. O conjunto dos estudantes envolvidos no Movimento Estudantil estava dividido entre os partidos e as organizações que apresentavam, de maneira adequada ou não, respostas mais gerais para as exigências daquelas jovens da sociedade brasileira. Com isso, tornou-se impossível que a UNE não fosse instrumentalizada por aqueles partidos ou organizações. Pode-se pensar que a UNE efetivamente liderou e conseguiu mobilizar o Movimento Estudantil, quando captou e expressou o comum entre as várias tendências progressistas. De forma mais radical dir-se-fa que a UNE conseguiu liderar e mobilizar, principalmente quando captou e expressou aquilo que era mais comum entre os próprios estudantes universitários, ou seja, os problemas da Universidade Brasileira. A nível mais geral, porém, no contexto do início da década de sessenta, o problema prático era que os estudantes, através dos seus problemas mais específicos, estavam chegando à tomada de consciência dos problemas sociais e estruturais da sociedade. Nos depoimentos de José Serra, o último presidente da UNE antes do golpe de 64, ficaram as seguintes observações: "O que exasperava a direita no Brasil, inclusive a grande imprensa conservadora, não era tanto que a UNE e o Movimento Estudantil assumissem posições políticas. Era que assumissem **determinadas** posições políticas. Mas, publicamente, isto não era apresentado assim. A direita se mostrava como sendo contrária a que o estudante fizesse política. Não se conformava que os filhos da classe média para cima, que eram os que realmente ingressavam na universidade, assumissem posições tão críticas em relação à ordem de coisas estabelecidas"³⁰.

De fato, com os documentos da UNE deixam transparecer, seu posicionamento ideológico naquele momento, quando a burguesia nacional aprofundava sua aliança com os setores econômicos externos, em nada convinha aos interesses das elites locais. Além disso, a UNE havia dado demonstrações de que, à sua maneira, procuraria resistir ao golpe que estava se delineando durante todo o governo de João Goulart. Como forças sociais avançaram nas suas reivindicações, a UNE procurou acompanhá-las.

Moniz BANDEIRA³¹ indaga se é possível dizer, como a direita da época tanto divulgava, que se estava caminhando para o comunismo. Sua resposta, com a qual se pode concordar, é: "evidentemente que não". Continua: "Havia soviets no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não Goulart se propunha a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não". O que se considerou comunismo era, por exemplo, a CGT, "esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes dominantes, pretendendo comprimir os salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores". A UNE, entretanto, incomodava porque havia se manifestado e comprometido com aquelas idéias, princípios e reivindicações que questionavam os projetos econômicos e sociais, principalmente da burguesia³².

Para encerrar estas considerações, pode-se dizer que a UNE, como outros segmentos da esquerda brasileira, chegou a perceber o conjunto das transformações pelas quais vinha passando a estrutura sócio-econômica do Brasil. Face aos modelos de desenvolvimento que haviam sido forjados ou encampados pelos setores da classe dominante (exportador, substituição e associado), a esquerda brasileira buscou criar, por sua vez, uma concepção de progresso socialista que em primeiro lugar vinha das tradições teóricas e práticas do marxismo-leninismo, como solução revolucionária. Ocorreu que tal concepção, nas condições locais, transformou-se em um projeto reformista que se apoiou, por exemplo, no modelo substituição de importações, principalmente após 1945, sob o argumento de tratar-se de um artifício tático. Com o reformismo que então predominou, destacou-se como orientação para a política interna a primazia dada à luta contra o imperialismo norte-americano que estaria apoiado, aqui, no latifúndio. Dessa maneira passou-se a entender que a luta pelas reformas de base constituía-se no caminho mais eficaz para combater os interesses dos latifundiários, de setores da burguesia comercial e dos próprios imperialistas. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, estabeleceu a necessidade da aliança entre operários, setores da classe média, estudantes universitários, intelectuais, políticos populistas, militares e setores da burguesia nacional. Numa interpretação do desenvolvimento nacionalista, os comunistas entenderam que setores da burguesia industrial, interessados no mercado interno, estariam em antagonismo com os grupos latifundiários, importadores e imperialistas. Seria também a aliança da esquerda com a burguesia que poderia conduzir a luta pelo progresso econômico, pela democratização e pelas conquistas da classe operária³³. Decorre daí a adoção tática, por parte da maioria das esquerdas brasileiras, do modelo substituição de importações, considerado necessário no processo revolucionário brasileiro.

Pois bem, segundo a apresentação que se fez nos dois artigos anteriores, é impossível não perceber que a UNE esteve fortemente marcada pela posição política acima. A rigor, como já se disse, não se pode falar de uma UNE claramente socialista, comunista, jucista ou apista. Todas as principais tendências de esquerda estavam lá representadas e os documentos da UNE, quase sempre, adquirem, uma linguagem conciliadora. A UNE à esquerda viveu e se definiu com as incertezas e limites históricos da própria esquerda, mas com a complexidade suplementar de não se constituir em um partido político ou organismo de classe. Como entidade, apenas e tão somente dos estudantes universitários, uma minoria privilegiada da sociedade brasileira, a UNE, e as esquerdas em geral, não conseguiram fazer com que sua compreensão da situação ganhasse profundamente o proletariado urbano e muito menos o agrícola, embora discursassem e às vezes agissem nesse sentido. Também não se conseguiu evitar o envolvimento com a política de massas, que como princípio da democracia populista, não se transformou em luta de classe, mas limitou tanto as condições de politização como da atuação política do proletariado, dos setores das classes médias e conseqüentemente dos próprios estudantes. As esquerdas, a UNE e o Movimento Estudantil por ela liderado, oscilaram então entre as lembranças do marxismo e as exigências da democracia populista conduzida pelo setores mais modernos da política de industrialização, sem que conseguissem elaborar uma interpretação alternativa que correspondesse às possibilidades histórico-estruturais da sociedade brasileira. Fizeram, em verdade, uma síntese da política populista com a política da esquerda numa combinação do modelo substituição de importações com as reformas de base, em nome do desenvolvimento nacionalista. Estiveram no mesmo caminho os Partidos: Comunista Brasileiro, Comunista do Brasil, Socialista Brasileiro, Trabalhista Brasileiro; a Frente Parlamentar Nacionalista, a Frente de Libertação Nacional, A Ação Popular, a Política Operária, a Confederação Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas e a União Nacional dos Estudantes. Uns mais radicalizados à esquerda, outros menos, tanto na produção teórica que tiveram, quanto na prática política que desenvolveram³⁴.

Por fim, apenas o registro de uma última constatação: para a UNE, pelo menos de acordo com os documentos aos quais se teve acesso, o conceito de luta de classe era algo extremamente diluído. Em decorrência das raras colocações mais aguçadas em torno da questão, fica, de maneira muito mais acentuada, a percepção de que se entendia a revolução brasileira como uma seqüência principalmente da vontade e do desejo. É possível que a origem social privilegiada dos estudantes universitários³⁵, como eles mesmos reconheciam, dificultasse compreender o antagonismo radical entre a burguesia e o proletariado. Pertencendo em sua maioria às classes médias e à elite, como eles também detectaram, estiveram condicionados a se colocarem como intermediários do confronto. Criticavam,

a seu modo, a burguesia, o poder econômico, o imperialismo, o desenvolvimento capitalista e se elegiam, com muita freqüência, em porta-vozes dos oprimidos. É surpreendente como a UNE, na sua prática, se autoproclamou com um papel que, enquanto entidade representativa apenas de uma minoria de pessoas, efetivamente não podia desempenhar. Em muitas ocasiões, as palavras de ordem e as conclamações políticas da União Nacional dos Estudantes se apresentaram como diretivas para amplos setores da sociedade, aos proletários urbanos e rurais principalmente, como se a UNE estivesse no comando do processo histórico. De fato, como a própria história demonstrou, não estava.

BIBLIOGRAFIA

- AÇÃO POPULAR. Documento Base. In: LIMA, Gonzaga de S. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**; hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1979.
- ARANTES, A. S.. A UNE no período 61/62. **Cadernos de Opinião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Jul. de 1979, p. 10 – 14.
- BANDEIRA, M. **O governo João Goulart**; as lutas sociais no Brasil: 1961 – 1964. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, 187p.
- BRASIL, MEC/INEP. **Caracterização sócio-econômica do estudante universitário**. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968, 440p.
- BUFFA, E. **Ideologias em conflito**; escola pública e escola privada. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979, 130p.
- CURY, Carlos R. J. **Ideologia e Educação brasileira; católicos e liberais**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978, 201p.
- FORACCHI, M.M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo, Nacional, 1965, 313p.
- . **A juventude na sociedade brasileira**. São Paulo, Pioneira, 1972, 172p.
- GOENDER, J. **A burguesia brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 181, 116p.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, 223p.
- LIMA, H. & ARANTES, A. **História da Ação Popular**; da UNE do PC do B. São Paulo, Alfa-Omega, 1984, 176p.
- MOTA, Carlos G. **Ideologia da Cultura Brasileira; 1933-1974**. 4ª ed., São Paulo, Ática, 1980, 303p.

- POERNER, A. J. **Opoder jovem**; história da participação política dos estudantes brasileiros, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, 381p.
- RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da educação brasileira; a organização escolar**. 4ª ed., São Paulo, Moraes, 1982, 166p.
- ROMAGNOLI, L. H. e GONÇALVES, T. **A volta da UNE**, de Ibiúna a Salvador. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, 95p.
- SAVIANI, Demerval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis 5540/68 e 5692/71. In: GARCIA, W. E. (org.) **Educação brasileira contemporânea; organização e funcionamento**. São Paulo, McGraw Hill do Brasil, 1976, p. 174 – 94.
- SIGRIST, J. L. **A JUC no Brasil; evolução e impasse de uma ideologia**. São Paulo, Cortez Editora e Editora UNIMEP, 1982, 74p.
- SOARES, Gláucio A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo, Difel, 1975, 237p.
- SOUZA, Maria I. S. de. **Os empresários e a educação; o IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis, Vozes, 1981. 211p.
- SOUZA, Luiz A. G. de. **A JUC; os estudantes católicos e a política**. Petrópolis, Vozes, 1984, 259p.
- VÁRIOS. **História da UNE; depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo, Editorial Livramento, 1980, 128p.
- VINHAS, Moisés. **O partido; a luta por um partido de massas: 1922-1924**. São Paulo, Hucitec, 1982, 268p.

NOTAS

(1) Gláucio A. D. SOARES, **Sociedade e política no Brasil**, passim; Maria L. S. Ribeiro, **História da educação brasileira**, p. 139-49.

(2) Cf. Octávio IANNI, **O colapso do populismo no Brasil**, p. 1-72.

(3) Dermeval SAVIANI, Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis 5.540/68 e 5.692/71. In: Walter E. GARCIA (org.), **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**, p. 183.

(4) Principalmente a União Democrática Nacional — UDN —, identificada com interesses externos americanos e com bases políticas resultantes da aglutinação, no seu interior, de círculos vinculados às altas finanças, banqueiros, diretores, advogados, homens ligados às empresas internacionais e alguns segmentos das classes médias; o Partido Social Democrático — PSD —, grosso modo o partido da burguesia nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro — PTB —, catalizador dos votos do proletariado. O crescimento do Partido Comunista Brasileiro — PCB —, apesar de ilegal, também era uma realidade. As alianças entre PSD e PTB, no período compreendido entre 1945 e 1964, na vigência do modelo nacional-desenvolvimentista, haviam garantido um certo predomínio das suas plataformas políticas. Daí a UDN ter se comportado na oposição a eles. Na medida, entretanto, que os interesses da burguesia nacional aproximaram-se dos interesses da burguesia internacional, o PDS cada vez aliou-se mais à UDN e o

PTB viu-se empurrado à esquerda. Cf. Dermeval SAVIANI, op. cit., p. 179-81.

(5) Maria I. S. de SOUZA, **Os empresários e a educação**, passim.

(6) Dermeval SAVIANI, op. cit., p. 174-94; Maria L. S. RIBEIRO, **História da educação brasileira** — a organização escolar, p. 139-43.

(7) É necessário dizer que além dos três modelos aos quais este artigo já se referiu, é possível admitir a existência de um modelo de desenvolvimento nacionalista — socialista. O IANNI a ele se refere da seguinte maneira: "Resulta dos confrontos e antagonismos entre as classes e grupos sociais. Em certo grau, esse padrão constitui-se em concomitância com o modelo substituição. Em certas ocasiões estiveram mesmo confundidos, ou associados taticamente. Essa identificação decorria do fato de que ambos eram, realmente, ainda que em gradações diversas, negações possíveis dos outros dois; isto é, implicavam na negação dos modelos tradicionais de exportação e de associação internacional. Muitas vezes, o intervencionismo estatal, as tentativas de planificação econômica, as práticas da política de massas, o reformismo, o florescimento cultural e político, etc, foram encarados como pré-requisitos ou mesmo conquistas de tipo socialista". **O colapso do populismo no Brasil**. p. 55. Note-se também que a expressão "nacional-socialista", denominação de um possível quarto modelo de desenvolvimento, não tem aqui relação com a mesma expressão utilizada no contexto do Nazismo.

(8) Dermeval SAVIANI, op. cit., p. 183.

(9) Moniz BANDEIRA, **O governo João Goulart**, passim; Jacob GORENDER, **A burguesia brasileira**, passim.

(10) Cf. Carlos G. MOTA, **Ideologia da Cultura Brasileira**, p. 156.

(11) Alguns exemplos da atuação política da UNE no período: em 1956 a União Metropolitana de Estudantes, sob a presidência de José B. de Oliveira Jr., faz a campanha contra o aumento no preço das passagens dos bondes do Rio de Janeiro. Os estudantes conseguem enorme prestígio e surge a União Operária Estudantil Contra a Carestia, uma aliança feita com sindicatos daquela cidade. Há repressão policial e a sede da UNE é invadida. Os estudantes negociam com o Prefeito do Distrito Federal, Negrão de Lima, e com o Ministro da Educação, Clóvis Salgado, conseguindo parcialmente seus objetivos. Prestigiado, José B. de Oliveira Jr. é eleito presidente da UNE.

Os Estados Unidos enviam ao Brasil a estudante Glória May com a proposta de intercâmbio de experiências culturais e estudantis visando inserir o anticomunismo como plataforma básica das atividades dos estudantes brasileiros. A sugestão é rejeitada pelos diretores da UNE.

O sucessor de José Batista de Oliveira Júnior foi Marcos Heusi que, como presidente da entidade em 1957, liderou a campanha contra a **American Can** empresa norte-americana que ameaçava destruir a indústria brasileira de lata.

O presidente da UNE em 1958, Raimundo Eirado, desenvolveu a campanha contra a negociação, pelo Brasil, do Acordo de Roboré que implicava na aplicação de recursos da PETROBRÁS no altiplano da Bolívia, para atender interesses da Gulf. Roberto Campos, da Superintendência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, defensor ferrenho do acordo, contestado pelos estudantes, acaba demitido pelo Presidente da República.

João Manuel Conrado foi o presidente da UNE em 1959 e deu continuidade à campanha contra a execução do Acordo de Roboré e contra a American Can. Contribuiu também para que se constituísse uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Shell e a Esso. Cf. José POERNER, **O poder jovem**, p. 184-93.

(12) A posição básica do PCB em 1956, quando ainda o Partido se chamava Partido Comunista do Brasil, era a seguinte:

"O Comitê Central, após examinar nossa própria experiência e a situação de nosso país que evolui e se modifica com rapidez, e levando em conta ainda a nova situação mundial conclui que a orientação política de nosso Partido deve ser a mais ampla,

flexível e audaz. Nossa atividade deve ser orientada de modo a fazer avançar a unidade de todos os patriotas e democratas em torno de objetivos comuns, tais como:

1. Defesa da soberania nacional, por uma política externa de paz, pelo comércio livre e relações amistosas com todos os povos. Defesa e exploração das riquezas naturais. Defesa da indústria nacional, pelo desenvolvimento independente da economia brasileira.

2. Defesa das liberdades democráticas consagradas na Constituição, abolição das discriminações ideológicas e políticas, revogação das leis que ferem as franquias constitucionais. Extensão do voto aos analfabetos, soldados e marinheiros.

3. Melhoria das condições de vida dos trabalhadores das cidades e do campo. Medidas contra a inflação e a carestia da vida. Medidas eficazes de reforma agrária, que favoreçam a posse da terra e meios de trabalho aos camponeses. Redução das taxas de arrendamento da terra; extensão da legislação social ao campo. Melhorias para os municípios e as populações do interior.

Para levar adiante esta orientação política, o Partido Comunista do Brasil deve estabelecer entendimentos e acordos com todas as forças, correntes de opinião e partidos políticos. Estamos prontos a colaborar com todos os brasileiros que assumam atitude favorável a todas, a algumas ou a uma só das proposições que ora apresentamos. Com este mesmo propósito, estendemos a mão aos dirigentes e adeptos dos diversos partidos políticos. Estamos convencidos de que juntos encontraremos a melhor maneira de afastar os obstáculos que separam brasileiros de brasileiros. O essencial é nos unirmos. As forças patrióticas e democráticas unidas têm condições de fazer prevalecer sua vontade". PCB — PROJETO DE RESOLUÇÃO SOBRE O XX CONGRESSO (1956). Apud, Moisés VINHAS, *O Partidão — A luta por um partido de massas: 1922-1974*, p. 165.

(13) Cf. Moisés VINHAS, *O Partidão — A luta por um partido de massas: 1922-1974*, p. 176-96.

(14) Cf. Carlos Roberto Jamil CURY, *Ideologia e educação brasileira*, e Ester BUFFA, *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*.

(15) Para um acompanhamento mais detalhado da história da organização Juventude Universitária Católica, consultar: Luiz A. G. de SOUZA, *A JUC: os estudantes católicos e a política* e José L. SIGRIST, *A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia*.

(16) Luiz A GÓMES DE SOUZA, entende que naquele momento o movimento jucista tomou consciência mais clara de sua força e de suas reais possibilidades de influência. Teria sido o início de um processo em que a JUC se reconheceu capaz de desempenhar um papel de primeira linha na Igreja, na Universidade e mesmo na sociedade. Analisando documentos da organização, relacionados ao seu Congresso dos 10 anos, ele detecta uma opção pelo desenvolvimento entendido como superação do capitalismo, e observa que é uma das raras ocasiões em que elementos da análise marxista foram utilizados em textos da JUC. No conjunto sua avaliação é a de que as posições tomadas pela organização católica, colocava-a em ligação com os princípios de uma esquerda democrática da época e que isto representava um tom renovador da Ação Católica. O mesmo autor não deixa de indicar também os reparos que a equipe nacional da JUC fez a documentos considerados portadores de formulações novas, avançadas e polêmicas. A parte original do documento do Congresso dos 10 anos, por exemplo, que falava de um desenvolvimento socialista como real opção para o País, não foi transcrita no Boletim Nacional da organização. Cf. *A JUC: os estudantes católicos e a política*, p. 159-65.

(17) Luiz A. GÓMEZ DE SOUZA, op. cit., p. 165-89, documenta fartamente o crescimento das tensões entre parte da hierarquia da Igreja Católica e os rumos do movimento jucista nos anos de 60-61.

(18) Haroldo LIMA e Aldo ARANTES, *História da Ação Popular — da JUC ao PC do B*, p. 31, falam em expulsão. Luiz A. GÓMES DE SOUZA, op. cit., p. 187-88,

- refere-se a um dilema colocado por D. Jaime Câmara a Aldo Arantes: "a presidência da UNE ou a participação na JUC". Cita ainda a documentação em que uma Comissão Parlamentar de Inquérito pergunta ao presidente da JUC se A. Arantes havia sido expulso e qual teria sido o motivo? A resposta foi indefinida e fala em afastamento.
- (19) Haroldo LIMA e Aldo ARANTES, *História da Ação Popular — da JUC ao PC do B*, p. 31.
- (20) Op. cit., p. 34.
- (21) Informações complementares sobre os últimos anos da história da JUC podem ser encontradas em Luiz A. GÓMEZ DE SOUZA, op. cit., p. 202 em diante.
- (22) Haroldo LIMA e Aldo ARANTES, op. cit., p. 35-36.
- (23) AÇÃO POPULAR. Documento Base. In: Gonzaga de Souza LIMA, *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil — hipóteses para uma interpretação*, p. 118-44.
- (24) AÇÃO POPULAR. Documento Base. In: Gonzaga de Souza LIMA, *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil — hipóteses para uma interpretação*, p. 129.
- (25) AÇÃO POPULAR. Documento Base. In: Gonzaga de Souza LIMA, *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil — hipóteses para uma interpretação*, p. 142.
- (26) Ibid., p. 143.
- (27) Haroldo LIMA e Aldo ARANTES, op. cit., p. 36-40.
- (28) Haroldo LIMA e Aldo ARANTES, op. cit., p. 36-40.
- (29) O registro da presente crítica tem a finalidade de indicar o que se entende ser um depoimento. O objetivo não é cobrar das organizações políticas do passado aquilo que historicamente não viabilizaram. A apresentação de elementos para observar seus limites, entretanto, é válido.
- (30) VÁRIOS, *História da UNE*, p. 29.
- (31) *O governo João Goulart — as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*, p. 178.
- (32) Aldo S. ARANTES, *A UNE no período 61/62. Cadernos de Opinião*, jul. de 1979, p. 10-14; VÁRIOS, *História da UNE*, p. 14-21; Luiz H. ROMAGNOLI e Tânia GONÇALVES, *A volta da UNE — de Ibiúna a Salvador. História Imediata*, nº 5, 1979, p. 83-91.
- (33) PCB. RESOLUÇÃO POLÍTICA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE 1962. In: Moisés VINHAS, *O Partidão — a luta por um partido de massas: 1922-1974*, p. 197-206.
- (34) Octavio IANNI, *O colapso do populismo no Brasil*, p. 91-115.
- (35) Para uma visualização da origem social dos estudantes universitários brasileiros, na década de sessenta, conferir: Brasil. MEC/INEP. *Caracterização sócio-econômica do estudante universitário*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968, 440 p. Para um enfoque sociológico do Movimento Estudantil e da ação estudantil na sociedade brasileira, conferir os trabalhos de Marialice M. FORACCHI, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Nacional, 1965, 313 p. e *A juventude na sociedade brasileira*. São Paulo, Pioneira, 1972, 172 p.